

EDITAL/0022/2019
CONCURSO DE RECRUTAMENTO DE PROFESSOR AUXILIAR DA ESCOLA SUPERIOR DE
BIOTECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Referência Interna: ESB-PA2019-Ciências da Nutrição

A Doutora Isabel Maria de Oliveira Capelo Gil, Reitora da Universidade Católica Portuguesa, faz saber que, perante esta Reitoria, se encontra aberto, pelo prazo de trinta dias, contados da data da publicação do presente aviso, concurso para recrutamento de um Professor Auxiliar na área disciplinar de Ciências da Nutrição.

O presente concurso é aberto no âmbito do Contrato-Programa do Procedimento Concursal de Apoio Institucional (artigos 17.º, 19.º e 28.º do Regulamento do Emprego Científico) assinado entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, IP) e a Universidade Católica Portuguesa (UCP). Em conformidade com o disposto no Estatuto da Carreira Docente da Universidade Católica Portuguesa, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

1. Requisitos de admissão

Doutoramento, na área de Nutrição Humana ou áreas afins, licenciatura em Ciências da Nutrição e demais requisitos exigidos nos artigos 13º e 22º do Estatuto da Carreira Docente da Universidade Católica Portuguesa.

Caso o doutoramento e/ou a licenciatura tenham sido conferidos por uma instituição de ensino superior estrangeira, os mesmos têm de obedecer ao disposto na legislação portuguesa em matéria de reconhecimento de graus estrangeiros, regulada pelo DL nº 66/2018, de 16 de Agosto. No caso de o candidato ser selecionado, a assinatura do contrato fica condicionada à apresentação dos documentos formais.

Aconselha-se os candidatos a consultar a página da Internet da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) para informações adicionais nesta matéria:

<https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/reconhecimento>

2. Local de trabalho

O local de trabalho situa-se nas instalações da Universidade Católica Portuguesa, no Porto.

3. O requerimento de admissão a concurso, dirigido à Reitora, deve ser instruído com:

- a) Documentos comprovativos de que o candidato reúne os requisitos para ser opositor, fixados no número anterior;
- b) Um exemplar em suporte digital do *curriculum vitae* do candidato, com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, bem como das atividades académicas e pedagógicas desenvolvidas;
- c) Declaração de identificação com a natureza e fins específicos da Universidade Católica Portuguesa;

4. A Reitoria comunica aos candidatos, no prazo de três dias úteis, o despacho da Reitora de admissão ou não admissão ao concurso, baseando-se este último no não preenchimento das condições para tal estabelecidas. Os candidatos não admitidos podem pronunciar-se no prazo de 10 dias úteis, sendo a decisão final tomada no prazo máximo de 30 dias.

5. Os candidatos admitidos a concurso devem juntar, no prazo de trinta dias, contado da data da notificação do despacho de admissão:

- a) Cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae* (os documentos podem ser entregues em formato digital);
- b) Um plano de desenvolvimento académico que inclua o projeto científico e pedagógico que se propõem desenvolver na Universidade.

6. A admissão em mérito absoluto dos candidatos depende da posse de currículo global que o júri considere, fundamentadamente, revestir mérito científico, capacidade de investigação, valor da atividade pedagógica e de outras atividades relevantes para a missão da Universidade, já desenvolvidas e compatíveis com a área disciplinar em que foi aberto o concurso, e adequadas à respetiva categoria docente.

7. Tendo em consideração as funções a desempenhar pelos professores auxiliares, as condições e finalidades dos concursos e o propósito de assegurar transparência aos critérios de avaliação e seleção dos candidatos, são estabelecidos os seguintes critérios de seriação em mérito relativo:

- a capacidade pedagógica (40%);
- o mérito da obra científica e de investigação (40%);
- o desempenho noutras atividades relevantes para a missão da Universidade (20%).

7.1. Na avaliação do mérito pedagógico dos candidatos na área de especialidade do concurso, serão considerados todos os aspetos com relevância pedagógica que o candidato tenha trazido ao conhecimento do júri, desde que sejam suscetíveis de avaliação qualitativa verificável, designadamente:

- i) Quantidade, diversidade e qualidade da atividade letiva desenvolvida pelo candidato; a avaliação da qualidade far-se-á recorrendo, sempre que possível, a métodos de avaliação pedagógica objetivos;
- ii) Regência de disciplinas;
- iii) Desenvolvimento de programas de disciplinas;
- iv) Criação e desenvolvimento de novos cursos ou programas de estudos;
- v) Coordenação e/ou participação em projetos de índole pedagógica.

7.2. Na avaliação do mérito da obra científica dos candidatos serão considerados, entre outros, os parâmetros indicados abaixo. Este indicador avalia a capacidade científica do candidato na área de especialidade do concurso, nomeadamente na temática compostos bioativos associados a diferentes dietas e grupos populacionais; valoriza-se a experiência na manipulação e uso de modelos animais para fins experimentais e em técnicas de cultura celular e biologia molecular.

- i) Orientação/coorientação de teses de Doutoramento e/ou de Mestrado e de trabalhos de investigação/projetos/estágios de estudantes e/ou investigadores;
- ii) Publicações de artigos científicos em revistas internacionais da especialidade indexadas internacionalmente (por exemplo, “Scopus”), nomeadamente aqueles em que o candidato seja reconhecidamente autor principal (responsável do trabalho de investigação), considerando o seu número e impacto da revista;
- iii) Coordenação e/ou participação em projetos de investigação e bolsas de investigação científica com financiamento externo obtido em concurso competitivo;
- iv) Sinais de reconhecimento internacional e nacional de liderança científica, por exemplo, manifestado através de convites para conferências e comités científicos, para conselhos editoriais de revistas, direção de sociedades ou divisões de sociedades científicas, ou intervenção como avaliador;
- v) Participação em júris de provas públicas de doutoramento ou mestrado ou licenciatura, em instituições de ensino superior, em Portugal e no estrangeiro;
- vi) Outra produção científica concretizada em livros e em resultados práticos, nomeadamente, o desenvolvimento de protótipos ou o registo de patentes nacionais, europeias, e internacionais, em particular quando estejam já a ser exploradas;
- vii) Desenvolvimento de transferência de conhecimento e tecnologia em particular para o tecido empresarial.

7.3 — Na avaliação da participação em outras atividades relevantes para a missão da Universidade serão considerados nomeadamente:

- i) Participação em órgãos de gestão da Universidade;
- ii) Participação em tarefas de extensão universitária e de divulgação científica;
- iii) Coordenação de cursos ou ciclos de estudos;
- iv) Coordenação e participação em processos de avaliação de centros de investigação, cursos ou outros, a diversos níveis (A3ES, Ordens profissionais, etc.);
- v) Realização de tarefas atribuídas por órgãos de gestão da Universidade e que se incluam no âmbito da atividade de docente universitário.

8. Para o efeito da seriação dos candidatos, cada membro do júri procede, separadamente, à graduação em mérito relativo dos candidatos e, em função disso, participa na votação para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação de todos os candidatos aprovados em mérito absoluto. Concluída a aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração do projeto de lista unitária de ordenação dos candidatos.

9. O projeto de lista de ordenação, com a respetiva fundamentação, incluindo quanto à não inclusão nela dos candidatos não admitidos em mérito absoluto, é notificado aos candidatos por correio eletrónico para audiência escrita, pelo prazo de 10 dias úteis, e em consequência a lista de ordenação é adotada pelo júri no prazo máximo de 30 dias.

A lista de ordenação será afixada nas instalações da Universidade Católica Portuguesa, no Porto, e publicitada na página eletrónica <http://www.esb.ucp.pt/>.

10. A deliberação final do júri, a proferir no prazo máximo de 90 dias, contado desde a data da publicação do despacho da sua nomeação, é lavrada em ata, com indicação dos votos individualmente expressos e dos respetivos fundamentos, não sendo permitidas abstenções.

11. No prazo de 8 dias, a decisão final, juntamente com as atas, é enviada à Reitora para que esta profira despacho de homologação da lista de ordenação e a mande publicar.

12. Composição do júri:

Presidente: Professora Doutora Isabel Maria de Oliveira Capelo Gil, Reitora da Universidade Católica Portuguesa

Vogais:

Professora Doutora Conceição Calhau, professora associada com agregação da Universidade Nova de Lisboa

Professor Doutor Pedro Graça, professor associado da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Professor Doutor Nuno Borges, professor associado da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Professora Doutora Ana Gomes, professora associada da Universidade Católica Portuguesa

13. Política Privacidade

A Universidade Católica Portuguesa é a Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Os dados pessoais tratados no âmbito deste concurso de recrutamento destinam-se à instrução do mesmo, e serão tratados pela Universidade Católica Portuguesa com a finalidade de verificação do preenchimento, por parte dos candidatos, dos pressupostos fixados na legislação aplicável para a sua contratação. A oposição ao tratamento dos dados por parte dos candidatos inviabilizará a admissão da candidatura e, por conseguinte, a análise e avaliação da mesma.

Os dados pessoais do Titular, se tal for indispensável para o cumprimento das obrigações da Universidade Católica Portuguesa, poderão ser transmitidos a terceiros, a saber, às Entidades Financiadoras identificadas no presente Edital.

O prazo de conservação dos dados corresponderá ao prazo de cinco anos legalmente definido.

O Titular dos dados tem o direito de se opor à recolha e tratamento, de verificar, corrigir, eliminar e de limitar a utilização dos dados recolhidos. O exercício destes direitos é excepcionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

O Titular dos dados tem direito de acesso e portabilidade dos dados.

Direitos do Titular dos Dados Pessoais: <https://www.ucp.pt/pt-pt/direitos-do-titular-dos-dados>

Para o exercício dos respetivos direitos, contactar a Universidade através do endereço de e-mail compliance.rgpd@ucp.pt ou para a morada identificada no final do presente Edital em “Contactos para esclarecimentos”. O Titular dos dados tem sempre o direito de contactar e dirigir uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

14. Política de não discriminação e de igualdade de acesso

A Universidade Católica Portuguesa promove, ativamente, uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, género, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

15. Notas finais

O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até à homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caduca com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

O presente concurso e o contrato celebrado na sequência do mesmo apenas produzirão efeitos caso se verifiquem as condições de financiamento previstas pela FCT, sendo a interrupção ou suspensão do financiamento fundamento para a cessação do contrato.

O presente concurso pode ser anulado quando ficar deserto, quando ocorrer qualquer caso de força maior, ou quando razões de ordem orçamental, supervenientes à abertura do concurso, o determinem.

Com os(as) candidatos(as) selecionados(as) será celebrado contrato de docente auxiliar de acordo com o que dispõe o Estatuto de Carreira de Docente da UCP.

16. Formalização das candidaturas

Os documentos referidos nos pontos 2 e 4 devem ser remetidos à Reitoria da Universidade Católica Portuguesa; para o efeito devem ser endereçados para:

Reitoria da Universidade Católica Portuguesa

Concurso de Recrutamento de Professores Auxiliares da ESB/UCP (Refª ESB-PA2019-Ciências da Nutrição)

Campus Palma de Cima, Palma de Cima, 1649-023 Lisboa
Portugal

17. Contactos para esclarecimentos:

Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto

Rua Arquiteto Lobão Vital 172

4200-374 Porto, Portugal

Direção de Recursos Humanos

drh@porto.ucp.pt

+351 225580006